

## Em ranking global, Brasil aparece como segundo pior lugar para se aposentar

O Brasil apareceu como segundo pior lugar para se aposentar em um ranking global com 44 países, ficando atrás apenas da Índia.

O relatório é feito pela consultoria de investimentos Natixis, que cruza diferentes dados relativos a saúde, qualidade de vida, inflação e bens materiais para chegar ao resultado final.

Em contrapartida, os melhores locais para se aposentar, segundo o índice, são Noruega, Suíça, Islândia, Irlanda e Austrália. O primeiro país das Américas a aparecer no ranking, o Canadá, ocupa a 15ª posição; entre os latinos, o Chile aparece em 34º.

O índice avalia países integrantes de blocos econômicos como a OCDE (Orga-

nização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e os BRICS, do qual o Brasil faz parte. Entre os 18 indicadores de performance, o relatório dá destaque para a inflação -que tem batido recordes de mais de 40 anos em alguns países.

“Custos crescentes podem representar uma ameaça significativa para a segurança dos aposentados por erosão do poder aquisitivo. Institucionalmente, os investidores serão desafiados a preservar os ativos de forma mais volátil no ambiente de investimento”, diz a análise feita pelo próprio relatório.

Em termos geracionais, também há destaque para a aposentadoria dos “baby boomers”, nascidos entre 1945

e 1964 e da pressão sobre os sistemas de pensão, que devem sofrer um “teste de pressão como nunca antes”.

No Brasil, a pior nota foi atribuída ao acúmulo de bens materiais. Os países latinos que apareceram na pesquisa estão todos entre os dez piores locais quando o tópico é a quantidade de bens materiais na fase idosa. Entre eles, o Brasil é pior.

Os fatores de pressão para a nota ruim nesta categoria são cumulativos, e consideram a igualdade salarial no país, a renda per capita e a taxa de desemprego.

O país também aparece em penúltimo, perdendo para a Rússia, para a análise do valor da aposentadoria média obtida.

Giovanna Galvani/Folhapress



### Economia



**Por que a queda da inflação nos EUA pode aliviar os juros no Brasil**

Página - 03

### Política

**Moraes escanteia fiscais das eleições e negocia com militares a portas fechadas no TSE**

Página - 04

**Doações ‘antifraude’ de R\$ 1 de bolsonaristas levam caos à campanha do presidente**

Página - 04

**Corte de imposto sobre gasolina no Brasil em período eleitoral leva usinas a evitar etanol**

Pág - 03



**Europa aprova proposta que veta importações ligadas a desmatamento**

Página - 05

**Norte e Nordeste puxam sustentabilidade dos estados para baixo**

Página - 05



## No Mundo

### Ucrânia promete continuar contraofensiva e pede mais armas



**E**mbalada pelo sucesso de sua contraofensiva na região de Kharkiv, a Ucrânia disse nesta terça (13) que só irá parar quando expulsar todas as tropas russas de seu território. Até os ataques iniciados na semana passada, Moscou ocupava cerca de 20% do vizinho que invadiu há 202 dias.

É um golpe de propaganda, claro, mas guerras são feitas disso também. “O objetivo é liberar a região de Kharkiv e além: todos os territórios ocupados pela Federação Russa”, afirmou a ministra-adjunta da Defesa, Hanna Maliar, a repórteres que a acompanhavam na estrada para Balaklia, primeira cidadezinha estratégica retomada por Kiev na ação.

A realidade ainda pode se interpôr. No começo da tarde a barragem de artilharia pesada foi registrada em quase todos os pontos da frente de Kharkiv, no nordeste do país.

Enquanto reforçavam sua posição para uma longamente protelada ofensiva ucraniana no sul do país, em Kherson, os russos se descuidaram da região nordeste do país, a qual ocupavam parcialmente desde abril. Kiev atacou lá, com grande eficácia, apesar da cautela de analistas acerca de sua capacidade de reter os ganhos.

As forças russas recuaram, e hoje mantêm uma porção bem pequena de Kharkiv. É lá que os combates mais duros estão ocorrendo, pelos relatos desencontrados. Mas a

ambição ucraniana tem limites: no sul, sua ofensiva pouco ganhou e no leste, o russofona Donbass, o Kremlin está em posição aparente de força.

Assim, a fala de Maliar remete a pedidos renovados do presidente Volodimir Zelenski, feitos na véspera, para que o Ocidente envie mais armamentos para a Ucrânia. Só os EUA já entregaram e prometeram mais de US\$ 15 bilhões (R\$ 76,3 bilhões) em ajuda militar, quase quatro vezes o orçamento de defesa regular dos ucranianos.

O motivo é o temor de Kiev acerca da reação europeia às ameaças de Vladimir Putin de deixar o continente sem gás russo quando o inverno do Hemisfério Norte chegar, em dezembro. Folhapress

### Rei Charles 3º viaja à Irlanda do Norte e encara tensões geradas pelo brexit

**O** rei Charles 3º e a rainha consorte, Camilla, visitaram nesta terça-feira (13) a Irlanda do Norte como parte do roteiro de homenagens à rainha Elizabeth 2ª, em momento que o país atravessa tensões políticas e tenta solucionar conflitos não resolvidos decorrentes do brexit.

Nesta tarde, a realeza viaja a Belfast para assistir a um serviço religioso na catedral da cidade, mas antes passará pelo Castelo de Hillsborough para encontro com autoridades.

A maior parte da população votou contra a saída do Reino Unido da União Europeia no referendo de 2016. O Partido Conservador, no entanto, assinou um acordo complementar ao brexit, chamado Protocolo da Irlanda do Norte, que estabeleceu controles alfandegários entre Irlanda do Norte e Grã-Bretanha. Folhapress

O tratado busca amenizar os efeitos do divórcio entre Reino Unido e UE as duas Irlandas, já que a parte nordeste da ilha saiu do bloco junto com os britânicos, enquanto a do sul, a República da Irlanda, continua no mercado europeu. Para unionistas irlandeses, leais às tradições britânicas, Elizabeth 2ª era um símbolo de temperança e união. Já para os nacionalistas, a Coroa representa a dominação sobre as gerações anteriores.

Menos popular que a mãe, Charles 3º terá de se esforçar para seguir os passos da rainha -ela participou ativamente do processo de pacificação da Irlanda do Norte e era considerada um símbolo de união e paz. Em maio, o partido nacionalista Sinn Féin as eleições parlamentares do país. O partido, que defende a união das Irlandas, não compareceu à proclamação de Charles no Castelo de Hillsborough no domingo (11). Folhapress

### Papa Francisco viaja ao Cazaquistão com roteiro marcado por desencontros



**Q**uando o papa Francisco anunciou a viagem para o Cazaquistão para a qual embarcou nesta terça (13), seu intuito parecia claro -vocal em suas críticas à Guerra da Ucrânia, mas impedido de visitar Kiev em razão de suas dores no joelho, ele ao menos espalharia sua mensagem de paz perto daquelas fronteiras.

Mas um interlocutor central para o seu plano não estará no local para ouvi-lo. O chefe da Igreja Ortodoxa Russa, o patriarca Cirilo 1º, cancelou no mês passado sua presença no país. O religioso, amigo de Vladimir Putin, é a favor do que o Kremlin chama de “operação militar especial”, e vê na sua luta contra

o Ocidente uma batalha entre o bem e o mal em que cabe a Rússia, dona por direito do território ucraniano, proteger o seu povo dos que tentam pervertê-lo.

Os líderes de dois dos principais ramos do cristianismo se encontraram pela primeira vez há seis anos, na primeira reunião do tipo desde o cisma de 1054, e não voltaram a se ver desde então. Havia uma expectativa de uma nova assembleia da dupla em Jerusalém em junho, mas Francisco disse que diplomatas do Vaticano desaconselharam a ideia em entrevista ao jornal argentino La Nación da época.

A ausência de Cirilo pesa na visita do papa de agora, a segunda de um pontífice à

nação na Ásia Central -a primeira, feita por João Paulo 2º, ocorreu dias depois do atentado de 11 de setembro.

Francisco passa três dias em Nur-Sultan, a futurista capital cazaque, para participar do Congresso dos Líderes das religiões mundiais e tradicionais. Além de discursar e se reunir com outros líderes religiosos, ele ainda celebra na quarta uma missa para os católicos do país, que representam menos de 1% da população -70% dos 19 milhões de cazaques são muçulmanos sunitas, e 26%, cristãos ortodoxos.

O primeiro pronunciamento do papa ao governo do país, na noite desta terça (13), foi sobre a Guerra da Ucrânia. Folhapress

**Jornal Data Mercantil Ltda**

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



## Por que a queda da inflação nos EUA pode aliviar os juros no Brasil



Investidores em todo o mundo querem ouvir na manhã desta terça-feira (12) a notícia de que o pior da tempestade no mercado financeiro já passou. Quem vai confirmar ou não é o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, que divulgará às 9h30 (horário de Brasília) dados sobre a inflação do país em agosto.

Espera-se amplamente que o CPI, sigla em inglês para índice de preços ao consumidor, mostre uma ligeira deflação. A agência Bloomberg projeta taxa negativa de 0,1% em agosto na comparação com julho. No acumulado em 12 meses, especialistas consultados apontaram que o índice cairá de 8,5% para 8,1%.

A confirmação dessa expectativa significará que a principal economia do plane-

ta está se afastado do pico inflacionário de 9,1% atingido em junho, o maior em mais de quatro décadas.

Por que isso importa para o Brasil? Quem acompanha o mercado financeiro de perto aponta a queda da inflação americana neste momento como fundamental para que os preços e os juros também possam cair por aqui.

O custo do crédito no Brasil depende da taxa nos Estados Unidos, explica Ricardo Hammoud, professor de macroeconomia no Ibmec-SP. Para atrair e manter investimentos por aqui, o país precisa que seus títulos soberanos ofereçam juros suficientemente altos para compensar instabilidades políticas e econômicas.

Os juros americanos estão atualmente na casa dos

2,5%. No Brasil, a taxa básica Selic está em 13,75% ao ano. “A diferença [entre as taxas] é o risco brasileiro”, diz.

“Uma redução adicional do CPI nos EUA gera a perspectiva de que, se esse ritmo for mantido, o Fed não precisará continuar aumentando com rapidez os juros”, diz o economista Roberto Macedo, diretor acadêmico da Faculdade do Comércio de SP.

Aumentar juros é uma medida adotada por bancos centrais para segurar a inflação. O crédito mais caro reduz a circulação de dinheiro, e os preços tendem a cair. Um efeito colateral é o aumento do desemprego. Nos Estados Unidos, porém, há quase duas vagas abertas para cada pessoa à procura de trabalho.

Clayton Castelani/Folhapress

## Corte de imposto sobre gasolina no Brasil em período eleitoral leva usinas a evitar etanol



A decisão do presidente Jair Bolsonaro de cortar drasticamente os impostos sobre combustíveis, principalmente a gasolina, para aumentar suas chances de reeleição apertou as margens de lucro do etanol e deve levar as usinas a evitar o biocombustível e se concentrar fortemente no açúcar.

Especialistas em açúcar e etanol disseram que os lucros com as vendas de etanol de cana caíram tanto em comparação com os do açúcar que as usinas brasileiras, que têm flexibilidade para produzir mais de um ou outro, vão mudar o máximo possível para a produção de açúcar à medida que a safra entrar na segunda etapa. “As usinas já estão tendo prejuízo com a venda de

## Setor industrial demonstra otimismo com a economia nos próximos meses

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) subiu três pontos e alcançou o nível mais elevado desde agosto de 2021. É o segundo mês consecutivo de melhora da confiança do setor, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em setembro, o Icei ficou em 62,8 pontos. “Ao permanecer acima da linha divisória de 50 pontos, o indicador demonstra que a indústria segue confiante”, explicou a CNI.

Segundo a entidade, a melhora aconteceu, principalmente, no componente relativo à economia brasileira, que cresceu 5,9 pontos. Mas houve alta em todos os componentes do índice: condições atuais e expectativas, relativas tanto à economia brasileira

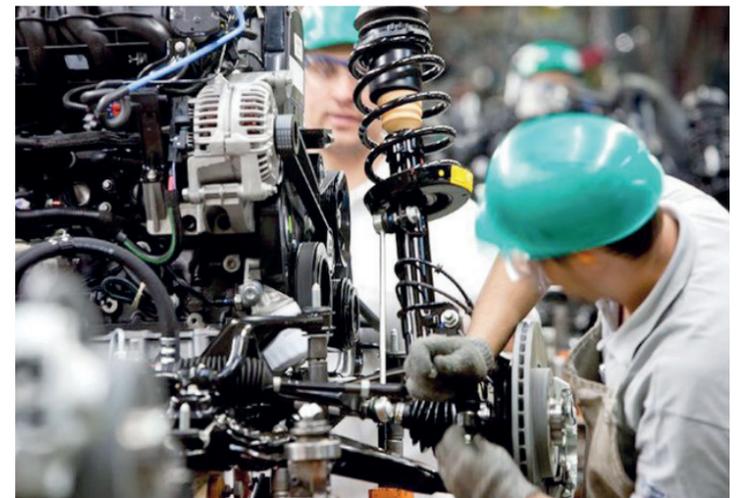
quanto às próprias empresas.

O Índice de Condições Atuais avançou 4,2 pontos e ficou em 58,4 pontos em setembro. “Ao se afastar para mais acima da linha divisória de 50 pontos, o indicador demonstra que o empresário percebe melhora mais forte e disseminada das condições atuais na comparação com os últimos seis meses”, diz a CNI.

O Índice de Expectativas também subiu no mês passado e demonstra otimismo “ainda mais forte e disseminado da indústria para os próximos 6 meses”. A alta foi de 2,4 pontos, para 65 pontos.

Foram ouvidas 1.469 empresas, entre os dias 1º e 8 setembro, sendo 573 de pequeno porte, 554 médias empresas e 342 de grande porte.

Andréia Verdélio/ABR



etanol, por que continuariam a produzi-lo?” disse o analista brasileiro Julio Maria Borges da JOB Economia.

O risco para os produtores de açúcar em todo o mundo é que os preços do adoçante possam diminuir se as usinas brasileiras cortarem drasticamente a produção de etanol, aumentando a oferta global de açúcar.

O governo brasileiro cancelou temporariamente os impostos federais sobre combustíveis. Como a gasolina costumava ser mais taxada que o etanol, a eliminação dos impostos diminuiu a vantagem de preço do etanol nas bombas.

Os produtores brasileiros de açúcar e etanol verificam constantemente a chamada paridade do etanol, ou o retor-

no financeiro do biocombustível equivalente aos preços do açúcar bruto na ICE, para decidir a estratégia de produção.

“A paridade do etanol já está em 13,70 (centavos por libra), que outros danos podem ser causados?”, disse Michael McDougall, diretor administrativo da corretora Paragon Global Markets, LLC, com sede em Nova York.

A título de comparação, os futuros de açúcar na ICE fecharam a 18,35 centavos de dólar por libra-peso na segunda-feira, quase 35% acima do valor do etanol no Brasil.

Há, no entanto, limitações momentâneas para se transferir muita produção para o açúcar devido ao período de pico da colheita, afirmou Cláudio Covrig, da CovrigAnalytics.

Reuters/IstoÉDinheiro

## Política

### Moraes escanteia fiscais das eleições e negocia com militares a portas fechadas no TSE



O ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE, escanteou entidades de fiscalização do pleito e integrantes da CTE (Comissão de Transparência das Eleições) e passou a centralizar diretamente com as Forças Armadas, em reuniões fechadas, as discussões sobre mudanças nas regras das eleições.

A postura do ministro diverge da linha adotada por Edson Fachin, ex-presidente da corte, que havia rejeitado reuniões exclusivas com militares sob argumento de que era preciso tratar todos os fiscais da votação com igualdade. Fachin também afirmava que a discussão sobre as regras das eleições de 2022 cabia a “forças desarmadas” e que esse de-

bate já havia se esgotado.

Moraes fez duas reuniões com o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, desde que assumiu o TSE, em 16 de agosto. Depois do último encontro, em 31 de agosto, no qual também participaram técnicos das Forças Armadas e do tribunal, Moraes anunciou que estudaria uma forma de reformular o teste de integridade das urnas feito no dia das eleições — o principal pleito dos militares.

Semanas antes do primeiro turno, ainda não está definido como a Justiça Eleitoral irá tirar a proposta do papel. A reformulação do teste é uma incógnita para técnicos do TSE e dos TREs, que são contra a mudança.

A terceira reunião com os militares estava prevista para

esta terça-feira (13), mas foi desmarcada por Moraes após o TSE negar ter feito um acordo para facilitar às Forças Armadas a divulgação de dados sobre a totalização dos votos.

Por meio da Lei de Acesso à Informação, o TSE disse que “não foi redigida ata das reuniões” de Moraes com representantes das Forças Armadas.

Procurado, o tribunal não se manifestou sobre a decisão de reabrir a discussão com os militares semanas antes das eleições e em reuniões fechadas. Em nota divulgada sobre a reunião do último dia 31, o tribunal afirmou que os militares reconheceram o “êxito” de análises feitas por universidades no modelo mais recente da urna eletrônica.

Mateus Vargas/Folhapress

### Apenas 6% rejeitam tanto Lula quanto Bolsonaro, aponta Datafolha

A rejeição múltipla aos dois principais candidatos à Presidência atinge 6% dos eleitores, de acordo com pesquisa divulgada na última sexta-feira (9) pelo Datafolha.

Apesar de terem índices de rejeição relativamente altos, o presidente Jair Bolsonaro (PL), com 51%, e o ex-presidente Lula (PT), com 39%, compartilham poucos eleitores resistentes aos nomes de ambos.

A taxa inclui os entrevistados que escolheram os dois candidatos dentre aqueles em quem não votariam de jeito nenhum (5%), bem como aqueles que declararam rejeitar todos os presidenciáveis (1%).

O índice explica o fracasso, até agora, da estratégia da chamada “terceira via”, que busca eleitores contrários à polarização.

Lula e Bolsonaro também são as principais opções de quem não escolhe a dupla como primeira alternativa de voto. Ambos têm taxa de 25% nesse grupo, contra 12% de Ciro Gomes (PDT) — a margem de erro nessa fatia é de quatro pontos percentuais, para mais ou para menos.

Entre os que não querem o atual ou o ex-presidente, Bolsonaro tem a maior rejeição: 57%, contra 45% de Lula. Esse grupo também opta mais pelo petista (38%) do que pelo atual mandatário (24%) num eventual segundo turno. A taxa dos que pretendem anular o voto, porém, é alta: 32%. Outros 6% dizem não saber.

No quadro geral da disputa, a mais recente pesquisa do Datafolha mostrou um cenário estável, com Lula liderando a corrida de primeiro turno com 45%, ante 34% de Bolsonaro.

Italo Nogueira/Folhapress



### Doações ‘antifraude’ de R\$ 1 de bolsonaristas levam caos à campanha do presidente



Um movimento de apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) para doar R\$ 1 ou valores similares para a campanha do presidente tem gerado dificuldades burocráticas e contábeis para a chapa.

A ideia da ação dos apoiadores é a de que todos os que forem votar em Bolsonaro doem valores baixos para a campanha, que é obrigada a emitir comprovantes de doação.

Com isso, eles teriam um parâmetro contra possíveis fraudes nas urnas eletrônicas — o presidente tem insistido, sem provas, em apontar a possibilidade de manipulação delas.

“Só R\$ 1 para declarar o voto em apoio à reeleição do Bolsonaro, o que servirá de parâmetro antifraude. Já fiz a minha parte”, diz uma dessas mensagens de incentivo às doações de baixo valor às quais o PAINEL teve acesso.

Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e advogado da campanha, calcula que já foram feitas cerca de 300 mil doações do tipo, em valor médio de R\$ 2.

Os extratos de doação de campanha têm que ser feitos individualmente e envolvem um trabalho detalhado de preenchimento de informações. Na prática, diz, o custo contábil envolvido na presta-

ção de contas de cada doação é maior que os R\$ 2.

“Foi um movimento espontâneo, que surgiu na internet, e que gerou na gente essa preocupação. Tudo isso está de acordo com a lei, claro. Mas como temos o prazo de 72 horas para fazer as prestações de contas parciais, o contador estava um pouco aflito. O volume é muito grande para fazer no braço. Ontem ele estava desenvolvendo uma metodologia de tecnologia da informação para cumprir as tarefas. O próprio Banco do Brasil estava com dificuldades em rodar os extratos para a gente juntar na prestação de contas”, afirma Vieira.

Guilherme Seto/Folhapress

## Europa aprova proposta que veta importações ligadas a desmatamento



O Parlamento Europeu validou nesta terça-feira (13) a proposta de um projeto que proíbe a entrada de commodities ligadas ao desmatamento no mercado europeu, o que tem potencial para afetar as exportações do Brasil.

O regulamento pretende aumentar o controle sobre as importações de carne bovina, óleo de palma, soja, madeira, cacau, café e outros produtos. Para que essas mercadorias sejam comercializadas na União Europeia, as empresas precisarão comprovar que elas não são provenientes de florestas derrubadas ilegalmente.

Com a aprovação do texto, o Parlamento vai iniciar as negociações sobre a lei

final com os estados membros da UE. Para entrar em vigor, o projeto precisa ser aprovado pelos 27 países e, caso isso aconteça, a medida deve impactar o Brasil, que já vem sendo pressionado pelo bloco em função da agenda socioambiental praticada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Pedidos de alterações que tentavam diluir o texto foram rejeitados e o plenário do parlamento aprovou o texto com ampla margem. Foram 453 votos a favor e 57 contra -com 123 abstenções.

A lei tornaria obrigatório que as empresas importadoras implementem sistemas de due diligence [diligência prévia] para monitorar, abordar e mitigar quaisquer impactos

negativos de suas importações sobre as florestas. De acordo com a proposta, isso garantiria aos consumidores que os produtos não contribuíram para a destruição da vegetação e da biodiversidade, reduzindo assim o peso da UE na crise climática.

Os eurodeputados também querem que as empresas verifiquem se as commodities são produzidas de acordo com as disposições de direitos humanos e se respeitam os direitos dos povos indígenas.

Além das importações já definidas -e subprodutos como couro, chocolate e móveis- o Parlamento Europeu pretende incluir carne de suínos, ovinos e caprinos, aves, milho e borracha, bem como carvão e produtos de papel.

Thiago Bethônico/Folhapress

## Década para a Restauração de Ecossistemas: “É hora de unir esforços”

Os cientistas têm advertido há anos que a Terra está chegando perto dos limites seguros que dão suporte à vida — prevendo consequências como o aquecimento climático, extinção em massa, degradação do solo, desertificação e poluição —, ao mesmo tempo que problemas socioeconômicos como a pobreza e a fome aumentam mundialmente.

A restauração de ecossistemas é parte da solução para as crises climática e da perda de biodiversidade, e tem um papel fundamental no alcance da Agenda 2030, contribuindo com todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por isso, o período de 2021

a 2030 foi designado como a Década da ONU para a Restauração de Ecossistemas.

Um chamado global à ação, a Década tem como objetivo prevenir, deter e reverter a degradação dos ecossistemas em todo o mundo. Para isso, no entanto, a iniciativa precisa de mais vozes e lideranças para criar uma grande onda regenerativa nas cidades e no campo.

No Brasil, por exemplo, os parceiros do projeto precisam aumentar e se capacitar para todos os biomas e estados, incluindo os seus diversos setores, em particular as universidades e seus estudantes e pesquisadores, que podem ser agentes de transformação nos diversos territórios.

Notícia Sustentável



## Norte e Nordeste puxam sustentabilidade dos estados para baixo



Os estados brasileiros ainda estão, na média, com nota baixa nos quesitos de sustentabilidade, com uma separação bem clara entre as três regiões mais ricas do país e as duas mais pobres.

De acordo com a 2ª edição do Ranking de Sustentabilidade dos Estados, divulgada pelo CLP (Centro de Liderança Pública) nesta terça-feira (13), a nota média geral da avaliação ESG dessas 27 unidades da federação é de 40,6 (dentro do intervalo de zero a 100). ESG é a sigla em inglês que reúne três dimensões da sustentabilidade: ambiental, social e governança -todas com nota em torno da média.

O ranking também considera a nota para os que-

sitos ODS, sigla que trata dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas). Nesse caso, a nota média é de 53,9.

Todos os estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem notas acima da média tanto em ESG como em ODS. No Norte e Nordeste, todos estão abaixo dessa linha.

O ODS com a maior nota média é Energia Limpa e Acessível (72,1). Mais uma vez, os estados do Norte aparecem nas piores colocações. Os números mostram que o acesso do brasileiro à energia melhorou, mas o custo ainda é um desafio para o país, que enfrentou uma crise de escassez em 2021 e no início de 2022.

O objetivo traçado pela ONU com menor nota entre os estados é Trabalho Decente e Crescimento Econômico (42,1).

Primeiro colocado, São Paulo alcança nota 90 e 99,7 em ODS e ESG, respectivamente. Puxa a primeira nota para baixo o resultado em Redução da Desigualdade. Por outro lado, o estado tem 100% em sete objetivos, como aqueles ligados à saúde e bem-estar, educação, saneamento, energia e infraestrutura.

O CLP também divulgou a 11ª edição do ranking de competitividade dos estados. São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Distrito Federal se mantêm nas quatro primeiras posições, como visto nos anos anteriores.

Eduardo Cucolo/Folhapress



## Facchini S/A

CNPJ/MF nº 03.509.978/0001-71 – NIRE 35.300.174.020

### Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2022

**Data, hora e local:** 25/04/2022, às 10h00, na sede da Sociedade. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Rubens Facchini, Presidente; Euclides Facchini Filho, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** Foram aprovadas, por unanimidade de votos dos presentes as seguintes deliberações: **(i) Em AGO:** Foram aprovadas integralmente e sem quaisquer restrições, as demonstrações financeiras, o relatório da administração e o balanço patrimonial sem quaisquer reservas ou ressalvas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, destinando 5% do resultado para "Reserva Legal", nos termos do artigo 133, § 2º, da Lei 6.404/76; **(ii) Deliberaram** com aprovação unânime dos acionistas presentes, na forma do Estatuto, a eleição da nova Diretoria para o triênio 2022/2024, com mandato até 30/06/2025, que ficou assim constituída: Diretor Presidente, o Sr. **Rubens Facchini**, RG nº 4.557.530-7 (SSP-SP), CPF/MF nº 439.159.578-87; Diretor Superintendente, o Sr. **Euclides Facchini Filho**, RG nº 7.843.132 (SSP-SP), CPF/MF nº 736.050.778-20, os quais tomam posse nesse ato. Os Diretores ora eleitos declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer as atividades empresariais ou administração de sociedades empresárias, sendo certo que a eles foi dado amplo conhecimento da legislação aplicável; **(iii) Por unanimidade dos votos, deliberaram** também a aprovação da distribuição de dividendos referente ao exercício de 2021, no valor de R\$ 12.000.000,00 permanecendo o saldo em "Reserva de Retenção de Lucros"; **(iv) Em AGE:** Os acionistas ratificaram, por unanimidade de votos dos presentes, os honorários pagos à Diretoria, no valor total global de R\$ 6.510.000,00, no exercício de 2021; **(v) Por unanimidade de votos, os acionistas aprovaram** a incorporação ao Capital Social do valor total da conta "Reserva de Incentivos Fiscais" referente a Incentivos Fiscais de Subvenção para Investimentos concernentes aos benefícios concedidos pelos Governos dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco e da Lei Complementar 160/2017, na importância de R\$ 105.827.342,59 no ano de 2021; **(vi) Os acionistas, por unanimidade dos votos dos presentes, aprovaram** a incorporação ao Capital Social do valor de R\$ 244.172.657,41, com parte do saldo da Conta "Reserva de Retenção de Lucros"; **(vii) Os acionistas presentes, cumprindo** a representação, aprovaram por unanimidade de votos, a consequente alteração estatutária, pelo exame da nova redação da cláusula 5ª do Estatuto Social, relativo ao valor do Capital Social que era de R\$ 350.000.000,00, passará a ser de R\$ 700.000.000,00, sem modificação do número de ações, como permite o disposto no artigo 169, parágrafo 1º da Lei 6.404/76. **Cláusula 5ª.** O capital social é de R\$ 700.000.000,00, dividido em 2.192.600 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. § 1º. Os acionistas têm preferência para a subscrição das ações do capital na proporção das ações já possuídas anteriormente. § 2º. A subscrição de ações do capital para integralização a prazo, fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria. § 3º. A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais. **(viii) Aprovaram, ainda, por unanimidade de votos, a consolidação do Estatuto Social com redação constante do Anexo que integra a presente ata. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Guarulhos (SP), 25/04/2022. Ass.: **Mesa:** Rubens Facchini, Presidente; e Euclides Facchini Filho, Secretário. **Estatuto Social: Capítulo I – Da Denominação, Sede, Prazo de duração e Objeto social. Cláusula 1ª.** Sob denominação Facchini S.A. sociedade por ações, que se regerá pelo presente Estatuto, pela Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, para os casos omissos, pela legislação brasileira societária aplicável. **Cláusula 2ª.** A sociedade tem sede na Avenida Julia Gaiolli, nº 618, Guarulhos-SP, que é seu foro. **§ Único:** A sociedade poderá abrir e encerrar filiais ou outras dependências no país ou no exterior, mediante resolução da diretoria. **Cláusula 3ª.** O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. **Cláusula 4ª.** A sociedade tem por objeto social as seguintes atividades: 4.1. Indústria e o comércio de implementos rodoviários e agrícolas; 4.2. Prestação de serviços de reparação de veículos e implementos; 4.3. Locação de bens; 4.4. Importação e exportação de bens e serviços; 4.5. Participações e Investimentos; 4.6. Representação de outras sociedades, inclusive no exterior; 4.7. Transformação de veículos e implementos rodoviários; 4.8. Comissões e intermediação sobre vendas; 4.9. Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo; Podendo, ainda, praticar todos os atos que se relacionarem com tais objetivos e, inclusive, participar como sócia ou acionista em quaisquer outras sociedades. **Capítulo II – Do Capital Social. Cláusula 5ª.** O capital social é de R\$ 700.000.000,00, dividido em 2.192.600 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. § 1º. Os acionistas têm preferência para a subscrição das ações do capital na proporção das ações já possuídas anteriormente. § 2º. A subscrição de ações do capital para integralização a prazo, fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria. § 3º. A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais. **Capítulo III – Da Assembleia e Deliberações Sociais. Cláusula 6ª.** A Assembleia é o órgão soberano da sociedade e tem os poderes e atribuições que a lei lhe confere. A sua convocação, instalação e deliberações obedecerão ao disposto na lei. **Capítulo IV – Da Administração da Sociedade. Cláusula 7ª.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, que terá as atribuições conferidas por Lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **§ Único:** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos

cargos até a posse de seus sucessores. **Cláusula 8ª.** A Diretoria será composta por no mínimo 2 e no máximo 5 Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela AGA, e por esta destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição, sendo designados Diretor Presidente e Diretor Superintendente, e os demais, simplesmente Diretores. **§ 1º.** No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela AGA, a ser convocada no prazo de 10 dias, contados da vacância. **§ 2º.** A Diretoria fará jus a um *pro labore* mensal a ser definido, por ocasião da realização da AGO. **Cláusula 9ª.** Compete à Diretoria a representação da Sociedade, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em Lei ou no presente Estatuto Social. **§ 1º.** Observadas as disposições contidas neste estatuto, a Sociedade apenas será validamente representada se o ato contar com a assinatura conjunta de 2 Diretores ou de 1 Diretor e 1 procurador. **§ 2º.** As Procurações outorgadas em nome da Sociedade serão sempre assinadas conjuntamente por 2 Diretores ou por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador representando cada Diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 2 anos. **Cláusula 10ª.** O Diretor Presidente da Sociedade terá poderes específicos para: 10.1. dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores; 10.2. coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Sociedade, bem como a sua apresentação aos Acionistas; 10.3. supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; e 10.4. convocar a AGA. **Cláusula 11ª.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, ou em desacordo com as disposições da Cláusula Nona e Décima acima. **Cláusula 12ª.** As reuniões da Diretoria serão convocadas por 2 Diretores, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Cláusula 13ª.** A sociedade terá um Conselho Fiscal de caráter não permanente, composto de três membros efetivos e igual número de suplentes. Uma vez instalado, o Conselho Fiscal terá atribuições que a lei lhe confere e a Assembleia que determinar a sua instalação elegerá seus membros e fixará sua remuneração. **Capítulo VI – Do Exercício Social, Balanço, Resultados e sua aplicação. Cláusula 14ª.** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras, na forma da lei. **Cláusula 15ª.** Os resultados apurados nas Demonstrações Financeiras a que se refere o artigo anterior terão o destino que for deliberado pela Assembleia e da legislação em vigor. **Cláusula 16ª.** A sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório, o mínimo de 1% do lucro líquido do exercício, apurado na forma da lei, facultando-se à Diretoria levantar balanços e distribuir dividendos mesmo em períodos intermediários, observadas as prescrições legais. **Capítulo VII – Do Direito de Preferência. Cláusula 17ª.** Nenhum acionista poderá alienar, transferir, ceder, permutar, emitir, doar, conferir ao capital, mutuar ou praticar qualquer outro ato (incluindo a promessa de prática de tais atos) que resulte na transferência ou disposição das ações de emissões da Companhia ("Transferir") a terceiros, direta ou indiretamente, sem que ofereça tais ações primeiramente aos demais acionistas, de acordo com os termos e condições previstos neste Capítulo. **Cláusula 18ª.** O acionista que receber de terceiro de boa fé uma proposta ("Proposta") e desejar Transferir a totalidade, e não menos do que a totalidade das ações de sua titularidade a este terceiro ("Acionista Alieneante") deverá comunicar tal fato, por escrito e contra recibo, ao outro acionista ("Acionista Notificado") especificando em detalhes os termos e condições de pagamento e outras obrigações e condições de oferta, tais como as garantias e responsabilidades por passivos e ativos correspondentes, como também o nome do terceiro interessado em adquirir as ações ("Notificação de Proposta"). **Cláusula 19ª.** O Acionista Notificado terá o direito de preferência para adquirir as ações ofertadas, sob as mesmas condições constantes da Proposta. **Cláusula 20ª.** No prazo de cinco dias após o recebimento de uma Notificação de Proposta válida, o Acionista Notificado deverá notificar o Acionista Alieneante, por escrito e contra recibo, de sua intenção de exercer o direito de preferência para a aquisição das ações ofertadas. **Cláusula 21ª.** Tendo o Acionista Notificado declarado tempestivamente a sua intenção de adquirir as ações nos termos da Proposta, o Acionista Alieneante e o Acionista Alieneante terão um prazo de 30 dias para efetivar a transferência de ações, nos mesmos termos e condições constantes da Proposta. Caso o referido prazo de 30 dias expire sem que o Acionista Notificado tenha adquirido as ações referidas na Proposta, exceto se por culpa ou dolo do Acionista Alieneante, o Acionista Alieneante estará livre para Transferir as ações ao terceiro indicado na Notificação de Proposta, nos mesmos termos e condições estipuladas na Proposta. **Cláusula 22ª.** Em caso de omissão ou de manifestação negativa do Acionista Notificado no prazo referido na cláusula 21ª, acima, o Acionista Alieneante poderá Transferir suas ações ao terceiro interessado indicado na Notificação de Proposta, nos mesmos termos e condições estipuladas na Proposta. **Cláusula 23ª.** O terceiro adquirente será sucessor de todos os direitos e obrigações do Acionista Alieneante no que se refere às Ações adquiridas. **Cláusula 24ª.** O Direito de Preferência previsto neste Capítulo VII será averbado no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e não se aplica à transferência das ações ordinárias, desde que tal transferência seja realizada a parentes de até 3º grau dos seus titulares, como também as suas sociedades controladas ou controladoras ou sobre controle em comum. **Capítulo VIII – Da dissolução da sociedade. Cláusula 25ª.** Para todos os casos de dissolução da sociedade é competente a Assembleia, que decidirá sobre as condições de liquidação. **Capítulo IX – Das disposições gerais. Cláusula 26ª.** Os casos omissos serão regulados pelas disposições da Lei nº 10.406/02, Lei nº 6.404/76, e legislação complementar. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 244.516/22-4 em 18/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Ibovespa cai 2,30%, a 110,7 mil pontos, com foco na inflação dos EUA

Em linha com a aversão global a risco que se impôs após a surpreendente leitura sobre a inflação nos Estados Unidos em agosto, em alta de 0,1% quando se esperava uma leve deflação no mês, o Ibovespa sacudiu menos do que os índices de Nova York, onde as perdas chegaram a superar 5% no fechamento (Nasdaq -5,16%).

Na B3, vindo de três altas, o índice caiu hoje 2,30%, a 110.793,96 pontos, entre mínima de 110.521,95 e máxima de 113.400,22, saindo de abertura aos 113.398,09 pontos. Apesar da aversão a risco em véspera de vencimento de opções sobre o Ibovespa, o giro ficou em R\$ 25,4 bilhões, acomodado na sessão. Na semana, a referência da B3 cede 1,34%, mas avança 1,16% no mês e 5,70% no ano.

“O volume que se desenhava na sessão parece mostrar um mercado em modo de espera aqui, ainda mostrando resiliência em vista do estágio bem mais avançado no ciclo de elevação de juros quando comparado ao exterior. Mesmo setores com exposição a juros, como os de consumo e construção, tiveram ajustes relativamente discretos na sessão”, diz Naio Ino, gestor de renda variável da Western Asset.

Na B3, as perdas se distribuíram por ações e setores, com poucos nomes do Ibovespa conseguindo escapar à correção. No fechamento do dia, apenas MRV (+0,90%) e BB Seguridade (+0,67%) mostravam desempenho positivo na sessão. Na ponta oposta, Hapvida (-6,71%), Natura (-6,49%), Qualicorp (-6,15%) e BRF (-5,77%). Entre as blue chips, Petrobras (ON -2,86%, PN -2,94%) esteve entre as maiores perdedoras, assim como as siderúrgicas (CSN ON -4,78%, Usiminas PNA -4,10%), à frente de Vale (ON -2,71%) e dos grandes bancos (BB ON -1,49%).

IstoéDinheiro

## FC022 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 41.131.748/0001-00 – NIRE 35.300.565.967

### Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de agosto de 2022

**Data, Hora e Local:** Aos 04/08/2022, às 10h00, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Roberto Adib Jacob Júnior, Secretária: Helena Cardoso Cunha. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a: (a) Destituição dos diretores; (b) Eleição de novos diretores; (c) Alteração da denominação Social; (d) A alteração do objeto social da Companhia; (e) a inclusão de prazo para mandato da diretoria; e (f) Consolidação do Estatuto Social. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, a Assembleia deliberou, por unanimidade: (a) a Destituição da diretora sem designação específica, **Roberta Godoy Fauth**, RG nº 1060453592 SSP/RS, CPF/ME nº 997.238.240-00; (b) A eleição para o cargo de diretora sem designação específica **Helena Cardoso Cunha**, RG nº 44.011.495-0 SSP/SP, CPF/ME nº 439.287.248-35. A Diretora ora eleita declara sob as penas da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que a impeça de exercer atividades mercantis. (c) A alteração da denominação social da Companhia, que passará a ser **Samauma Empreendimentos Imobiliários S.A.**; (d) A alteração do objeto social da Companhia, de maneira que o Art. 3º, passará a vigor com a seguinte nova redação: **“Art. 3º. A Companhia tem por objeto social: (i) a compra e venda de imóveis, urbanos ou rurais; (ii) a realização e a contratação de terceiros, direta ou indiretamente, para viabilizar quaisquer empreendimentos imobiliários nos imóveis de sua propriedade; (iii) comercialização, locação, arrendamento e/ou exploração do direito de superfície dos imóveis, inclusive os respectivos bens e direitos a eles relacionados; (iv) a locação e a administração de bens próprios, integrados ao acervo social; e (v) a participação em empreendimentos e negócios que estejam ligados ao objeto social da Companhia.”** (e) A alteração dos CNAE's descritos no Cartão Nacional de Pessoa Jurídica, para que se adequem aos serviços desenvolvidos e prestados pela sociedade, de acordo com seu objeto social, sendo: “64.62-0-00 – Holdings de instituições não-financeiras”; “41.10-7-00 – Incorporação de empreendimentos imobiliários”; “68.10-2-01 – Compra e venda de imóveis próprios”. (f) A inclusão de prazo para mandato da diretoria, de maneira que os atuais diretores permanecerão investidos nos seus cargos até a Assembleia de 2025 que elegerá os novos diretores. Tendo em vista essa deliberação, o art. 7º do Estatuto Social passará a vigor com a seguinte nova redação: **“Art. 7º. A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 e no máximo 10 membros, diretores sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. § 1º. Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. § 3º. O mandato da diretoria terá prazo de 3 anos.”** (g) Tendo em vista a alteração ora aprovada, os sócios decidem consolidar o Estatuto Social, o qual reger-se-á de acordo com as cláusulas e condições consolidadas na forma do Anexo I, e pelas normas da Lei das S.A.. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e, inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou essa ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 04/08/2022. Assinaturas: **Roberto Adib Jacob Júnior** – Presidente; **Helena Cardoso Cunha** – Secretária e Diretora eleita. Acionistas: **FRAM Capital Participações S.A.** Por **Henry Singer Gonzalez e Benedito Cesar Luciano**; **Roberto Adib Jacob Junior**. **Consolidação do Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Art. 1º.** A **Samauma Empreendimentos Imobiliários S.A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado, que rege-se por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º.** A companhia tem sede e foro nesta Capital, na Rua Eduardo Souza Aranha, nº 153, 4º andar, Vila Nova Conceição, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria. **Art. 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) a compra e venda de imóveis, urbanos ou rurais; (ii) a realização e a contratação de terceiros, direta ou indiretamente, para viabilizar quaisquer empreendimentos imobiliários nos imóveis de sua propriedade; (iii) comercialização, locação, arrendamento e/ou exploração do direito de superfície dos imóveis, inclusive os respectivos bens e direitos a eles relacionados; (iv) a locação e a administração de bens próprios, integrados ao acervo social; e (v) a participação em empreendimentos e negócios que estejam ligados ao objeto social da Companhia. **Art. 4º.** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Do Capital: Art. 5º.** O capital social é de R\$ 100,00, representado por 100 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 cada, sendo 10 ações subscritas e integralizadas nesta data, e o saldo remanescente deverá ser integralizado em até 12 meses a contar desta data. § 1º. Cada ação corresponde

a um voto nas deliberações sociais. § 2º. As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. § 3º. Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III – Da Assembleia Geral: Art. 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. § 2º. As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Capítulo IV – Da Administração: Art. 7º.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 e no máximo 10 membros, diretores sem designação específica, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. § 1º. Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. § 3º. O mandato da diretoria terá prazo de 3 anos. **Art. 8º.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Art. 9º.** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Art. 10º.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no art. 9º completam a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações “ad judicia”, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§ Único:** Dependência da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Art. 11º.** Compete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Art. 12º.** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **§ Único:** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Disposições Gerais: Art. 13º.** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Art. 14º.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Art. 15º.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Art. 16º.** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Art. 17º.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quorum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Art. 18º.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo-SP. São Paulo, 04/08/2022. Ass.: **Diretores: Helena Cardoso Cunha** – Diretora; **Roberto Adib Jacob Junior** – Diretor **[Assinado digitalmente]**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 462.335/22-7 em 09/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**Upgreen Soluções Renováveis S.A.**

(em organização)

**Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 06 de junho de 2020**

**Data, Hora e Local:** 06/06/2020, às 15h00, na sede social. **Quórum de Instalação:** Verificou-se a presença dos acionistas Fundadores da Sociedade, ficando dispensada a convocação. **Mesa:** Sr. Jaime Batista Torres Junior, Presidente; Gustavo Sampaio Torres, Secretário. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade:** A. Constituir a **Upgreen Soluções Renováveis S.A.** B. Fixar o capital social da Companhia em R\$ 500,00 divididos em 500 ações ordinárias. C. Aprovar o Estatuto Social, que passa a fazer parte integrante da presente ata. D. Aprovar, lavrar a ata desta assembleia em forma de sumário. E. Eleger para compor a Diretoria com mandato anual que vigorará até a posse dos eleitos pela AGO de 2021: **Diretores: Gustavo Sampaio Torres**, RG nº 38.735.019-6 SSP/SP, CPF nº 443.007.408-95, para o cargo de Diretor-Administrativo. **Jaime Batista Torres Junior**, RG nº 18.886.577-9 SSP/SP, CPF/MF nº 082.141.838-63, para o cargo de Diretor-Financeiro. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam sob as penas da lei não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

**Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, foi encerrada a Assembleia. **Mesa:** Presidente – Sr. Jaime Batista Torres Junior; Secretário – Sr. Gustavo Sampaio Torres. Advogada: Michely Xavier Severiano – OAB/SP 267-716. **(Anexo I) Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A **Upgreen Soluções Renováveis S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A companhia tem sede e foro na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 758, conj. 112, São Paulo-SP, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria em todo território nacional e no exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"), com CNAE 6462-0/00. **§ Único.** As atividades poderão ser exercidas em locais de terceiros. **Artigo 4º.** O prazo de duração da sociedade terá início na data de seu registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), e término com a realização do objeto social e após a alienação de todos os ativos da sociedade. **Capítulo II – Do Capital. Artigo 5º.** O capital social é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R\$ 50,00 (cinquenta reais) integralizados e o restante a integralizar no prazo de 12 meses a contar desta assembleia. **§ 1º.** Cada ação é indivisível em relação a Companhia e corresponde a um voto nas deliberações sociais por intermédio de assembleia. **§ 2º.** As ações provenientes de aumento de capital via capitalização de Lucros e/ou Reservas, serão distribuídas entre os acionistas, com modificação ou não do número de ações na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **§ 3º.** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **§ 4º.** A Companhia por decisão da Assembleia poderá emitir partes beneficiárias e/ou debentures. **§ 5º.** A Companhia por decisão da Assembleia poderá emitir ações ordinárias ou preferenciais e ainda constituir uma ou mais classes, conforme Art. 15 e Art. 16 da Lei nº 6.404/76, observado que ações preferenciais poderão ser com ou sem direito a voto e/ou ter direito de voto restrito nos termos do Art. 17 da Lei nº 6.404/76. **§ 6º.** Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de qualquer aumento de capital, na proporção do número de ações por eles detidas na Companhia, devendo referido direito de preferência ser exercido dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, mediante manifestação formal por escrito endereçada a área de Relação com Investidores da Companhia. **§ 7º.** A Companhia terá direito de preferência na subscrição de ações colocadas a vendas por seus acionistas, tanto as ordinárias como as preferenciais, devendo referido direito de preferência ser exercido dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, mediante manifestação formal por escrito endereçada ao acionista vendedor enviada pela área de Relação com Investidores da Companhia. **§ 8º.** A Companhia por decisão da Assembleia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à companhia ou a sociedade sob seu controle em conformidade com o § 3º do Art. 168 da Lei 6.404/76. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **§ 2º.** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **§ 3º.** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias poderão ser convocadas por qualquer um dos Diretores da Companhia, sem prejuízo do disposto no § único do Art. 123 da Lei 6.404/76. **§ 4º.** As convocatórias, trabalhos e deliberações da Assembleia seguirão o especificado nos Art. 124, 125, 126, 127, 128, 129 e 130 da Lei 6.404/76. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo 7º.** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **§ 1º.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 2º.** A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **§ 3º.** A Assembleia Geral poderá constituir o Conselho de Administração e o Comitê de Diretores dentro dos procedimentos legais e em conformidade com a Lei 6.404/76, assim que a Companhia e seus negócios requererem tais órgãos de gestão e execução. **Artigo 8º.** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 9º.** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo Décimo.** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo 9º competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador (es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificar os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicium", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **§ Único.** Dependendo da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11º.** Compete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **§ Único.** Caso os acionistas celebrem um Acordo de Acionistas e o arquite na sede da Companhia, os Diretores deverão observá-lo em sua íntegra. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 12º.** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e iguais números de suplentes, acionistas ou não. **§ Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Disposições Gerais. Artigo 13º.** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo 14º.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo 15º.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos distintos do anual. **Artigo 16º.** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo 17º.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo 18º.** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, São Paulo, 06/06/2020. Jaime Batista Torres Junior – Presidente da Assembleia e Diretor-Financeiro Eleito; Gustavo Sampaio Torres – Secretário da Assembleia e Diretor-Administrativo Eleito. Advogada: Michely Xavier Severiano – OAB/SP 267-716. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.561.325 em 15/12/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

**CAS Empreendimentos S.A.**

CNPJ nº 47.894.703/0001-74 - NIRE: 35.300.600.487

**Ata De Assembleia Geral de Constituição Realizada em 27 de julho de 2022**

**Data/local:** 27/07/22. São Paulo, SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Adriana Nunes Yamashiro Saito, Presidente; Lorena Fernandes Borges Monteiro, Secretária. **Deliberações aprovadas:** (i) Constituição de uma sociedade anônima de capital fechado. (ii) O capital social desta sociedade será constituído no valor de R\$ 10.000,00, totalizando um montante de 10.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, em moeda corrente do país. (iii) O Estatuto Social, que submetido à apreciação dos subscritores, foi aprovado por unanimidade. (iv) Efetuada a eleição dos Diretores: **Diretora Presidente: Adriana Nunes Yamashiro Saito**, RG nº 34.705.119 (SSP/SP), CPF/MF nº 347.652.368-38, e **Diretora Vice-Presidente: Lorena Fernandes Borges Monteiro**, RG nº 56.458.309-1 (SSP/SP), CPF/MF nº 946.657.101-04. (v) A totalidade dos acionistas reunidos nesta Assembleia, deram posse nesta data aos membros eleitos, que assinam em conjunto esta ata, os diretores declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. Item (vi) Quanto ao funcionamento do Conselho Fiscal, dada a sua facultatividade, a Assembleia Geral deliberou pela sua não instalação. (vii) A Assembleia fixou os honorários/remuneração mensais dos membros da Diretoria, de acordo com a legislação em vigor. Nada mais. SP, 27/07/22. JUCESP/NIRE nº 3530060048-7 em 09/09/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Faça um orçamento conosco:  
comercial@datamercantil.com.br

**CXT Distribuidora Ltda.**

CNPJ/ME nº 25.381.863/0001-87 – NIRE 35.230.079.660

**Edital de Convocação de Reunião de Sócios**

Ficam convocados os sócios da Sociedade a se reunirem em reunião de sócios, a ser realizada, em primeira convocação, mediante a presença de quotistas titulares da maioria do Capital Social da Sociedade, no dia 20/09/2022, às 14h00, na sede social, na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 12º andar, conjunto 121, parte, São Paulo-SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: exame, discussão e votação sobre: (i) saída do sócio **Sérgio Legori**, da Sociedade, com renúncia ao cargo de administrador; (ii) alteração do endereço da filial situada na cidade de Contagem-MG; (iii) renúncia do sócio **Daniel Saldanha de Azevedo Santos**, de forma irrevogável e irretroatável do cargo de administrador da Sociedade; e (iv) alteração do Contrato Social da Sociedade, para refletir os itens que restarem aprovados em Reunião de Sócios. Os sócios poderão participar da Reunião de Sócios, ora convocada, por si, seus representantes legais ou procuradores, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata da Reunião de Sócios. São Paulo-SP, 09/09/2022. **Alan Goldlust e Sérgio Vladimirschi Jr.** – Diretores. (10, 13 e 14/09/2022)

**BSI Capital Securitizadora S.A.**

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 – NIRE 35.300.461.827

**Edital de Convocação**

**Assembleia Geral de Titulares dos Certificadores de Recebíveis Imobiliários**  
Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7 série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.** Nos termos da cláusula 10, do respectivo Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7 série, a reunirem-se em 1ª **Convocação**, para Assembleia Geral de Titulares do CRI, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio de sistema eletrônico pela plataforma Teams, administrada pela Emissora, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Investidores que enviarem solicitação para amanda.melo@bsicapital.com.br e/ou fiduciario@commcor.com.br, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções abaixo e também disponíveis no site do Agente Fiduciário a todos os Investidores, no seu website: https://www.commcor.com.br a realizar-se em 30 de setembro de 2022, na Rua José Versolato, nº 111, centro, São Bernardo do Campo/SP, SL 2126 às 10:00 horas da manhã, para deliberar sobre a **aprovação ou não** das seguintes ordens do dia: (i) **Declaração ou não de vencimento antecipado:** deliberar, à luz das informações prestadas pelas Cedentes CAPP4 e C&M, que identificaram a impossibilidade de finalização das obras dos Empreendimentos com os recursos inicialmente captados na emissão do CRI da 7 série da 1ª Emissão, a respeito da declaração do vencimento antecipado do CRI ou não. Caso não aprovada a declaração de vencimento antecipado, porém não aprovadas as demais matérias dos itens (ii), (iii), (iv) e (v) da ordem do dia, em sua integralidade, será aplicado o vencimento antecipado por impossibilidade de conclusão das obras; (ii) **Reestruturação da operação:** caso não aprovada a declaração de vencimento antecipado, deliberar sobre reestruturação dos seguintes aspectos da operação: (a) concessão de carência de 12 (doze) meses para pagamento de amortização dos CRI, a contar da parcela de Outubro/2022, sem pagamento de prêmio ou multa pelas Cedentes CAPP4 e C&M; (b) alteração da taxa de juros dos CRI, de 11% (onze por cento) para 13,5% (treze virgula cinco por cento) a contar da parcela de novembro/2022, sem pagamento de prêmio ou multa pelas Cedentes CAPP4 e C&M; (c) alteração do índice de correção monetária dos CRI, de IGP-M para IPCA a contar da parcela de Novembro/2022, sem pagamento de prêmio ou multa pelas Cedentes CAPP4 e C&M; (e) autorizar a substituição do cronograma de obras dos Empreendimentos com a conclusão das obras até março/2023 para o empreendimento Quartier Maricá Parc e fevereiro/2023 para o término do empreendimento Quartier Itaboraí Club. (iii) **Constituição de Cessão Fiduciária sobre o estoque:** deliberar sobre a constituição de garantia adicional de oneração dos recebíveis do estoque dos Empreendimentos, em relação a todos os contratos de vendas, presentes e futuros, que não estiverem atualmente vinculados à emissão dos CRI da 7 série da 1ª Emissão; (iv) **Autorização de novo CRI:** deliberar sobre a autorização às Cedentes CAPP4 e C&M e aos Fiaidores para que tomem nova dívida no mercado no valor de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) concedendo *waiver* para que, em relação a essa nova operação, as Cedentes CAPP4 e C&M e os Fiaidores possam assumir obrigações perante terceiros, prestar garantias ou aval, alienar e/ou impor ônus sobre seus ativos, na forma deliberada. A nova operação de emissão de CRI e os CRI da 7 série da 1ª Emissão deverão contar com cláusula que vincule o vencimento antecipado das duas operações em caso de descumprimento ou inadimplimento de uma delas (*cross default*); (v) **Autorização de compartilhamento das garantias com novo CRI:** deliberar sobre a autorização às Cedentes CAPP4 e C&M e aos Fiaidores para que, em garantia da nova operação de CRI objeto da deliberação (iv) da ordem do dia acima, sejam oferecidos os seguintes ativos/garantias: (a) fiança dos Fiaidores; (b) a Hipoteca dos terrenos dos Empreendimentos; (c) a Alienação Fiduciária de Cotas das Cedentes CAPP4 e C&M; e (d) a Cessão Fiduciária dos Créditos do Estoque. As garantias descritas em (a), (b) e (c), atualmente vigentes, serão adotadas para prevenir o compartilhamento de garantias. A garantia descrita em (d), a ser constituída, será celebrada já prevendo o compartilhamento de garantias; (vi) **Substituição de participantes:** deliberar pela substituição: (a) da H.Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. pela Companhia Hipotecária Piratini – CHP, como Custodiante das CCLs; (b) da MVL Engenharia Ltda. pela Empírica Gestão de Cobranças e Garantias, como Agente de Medição; (c) da Reit Serviços Ltda. pela Maximus Crédito Imobiliário Ltda. como Agente de Monitoramento dos Créditos Imobiliários. (vii) **Antecipação de Recursos para término de obras:** deliberar, em atenção ao pedido realizado pelas Cedentes CAPP4 e C&M, a antecipação de recursos visando realizar pagamentos de fornecedores das obras dos empreendimentos Residencial Quartier Maricá Parc e Residencial Quartier Itaboraí Club I e II, a ser realizada conforme propostas/orçamentos recebidos pela emissora até a data de realização desta assembleia. (viii) **Repactuação da taxa de administração do patrimônio separado:** deliberar, em função do volume de trabalhos realizados para a gestão da operação, a repactuação da taxa de administração do patrimônio separado a qual passará de R\$ 3.908,31 para R\$ 6.500,00. (ix) **Autorizações pertinentes:** autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item acima. A Securitizadora deixa registrado que o quórum de instalação e o quórum de deliberação da assembleia em primeira convocação é de titulares dos CRI que representem pelo menos 50% dos CRI em Circulação, em segunda convocação, com qualquer número conforme redação da cláusula 10.4 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, acompanhada de cópia de documento de identidade, inclusive, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos. Em relação à data de realização da assembleia, os titulares devem apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do respectivo documento de identidade, bem como, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. São Paulo, 10 de setembro de 2022. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (10, 13 e 14/09/2022)

**H2 Assets Participações S.A.**

(Em Organização)

**Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 11 de julho de 2022.**

A Assembleia Geral de Constituição da Companhia, instalada independentemente de convocação com a presença de subscritores da totalidade do capital social, presidida pelo Sr. **Gabriel Ricardo Kuznietz** e secretariada pelo Sr. **Thiago Giantomassi Medeiros**, realizou-se às 10:00 hs. do dia 11/07/2022, na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini nº 1.748, Ed. E. Office Design, conj. 2205, sala 06, São Paulo-SP. Feito o depósito da integralização de 10% do preço de emissão das ações subscritas, depósito esse de R\$ 100, efetuado nesta data, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade: (a) **Aprovar** o projeto de Estatuto Social preparado pelos acionistas fundadores da Companhia; (b) **Declarar** formalmente constituída a **H2 Assets Participações S.A.**, ao se verificar que foram observadas todas as formalidades legais; (c) **Eleger**, para a Diretoria da Companhia, os Srs. **Gabriel Ricardo Kuznietz**, portador do RNE nº V291490-6 CGP/DIREX/DPF e do CPF/ME sob nº 224.264.458-07; e **Thiago Giantomassi Medeiros**, RG nº 23.584.351-9 SSP/SP e CPF/ME nº 298.106.198-47, para o cargo de Diretores, ambos para um mandato que se estenderá até a AGO que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2023, sendo permitida a reeleição; (d) **Não Instalar** o Conselho Fiscal para o presente exercício social; e (e) **Consignar** que os administradores da Companhia farão jus a remuneração a ser paga pela Companhia, cujo valor global será aprovado futuramente pela Assembleia Geral. São Paulo, 11/07/2022. (ass.) **Gabriel Ricardo Kuznietz** – Presidente da Mesa; **Thiago Giantomassi Medeiros** – Secretário da Mesa. **Visto do Advogado:** Ademilson de Brito Alves Viana – OAB/SP nº 244.877. JUCESP – Certificado o registro sob o NIRE 35.300.597.443 em 27/07/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Dólar (EUA) - 5,1794	0,03633
Iene (Japão) - 0,03589	Peso (Chile) - 0,005639
Libra (Inglaterra) - 5,9708	Peso (México) - 0,2583
Peso (Argentina) -	Yuan (China) - 0,748
	Euro - 5,1789

**DÓLAR**

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,1788 / R\$ 5,1794 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,1870 / R\$ 5,1890 \*

Turismo - R\$ 5,2900 /

R\$ 5,3900

(\*) cotação média do mercado

(\*\*) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: 1,80%

OURO BM&amp;F

R\$ 280,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -2.30%

Pontos: 110.793

Volume financeiro:

R\$ 25,374 bilhões

Maiores altas: MRV ON

(0,90%), BB Seguridade

ON (0,67%)

Maiores baixas: Hapvida

ON (-6,71%), Natura ON

(-6,49%), Qualicorp ON

(-6,15%)

S&amp;P 500 (Nova York):

-4,32%

Dow Jones (Nova York):

-3,94%

Nasdaq (Nova York):

-5,16%

CAC 40 (Paris): -1,39%

Dax 30 (Frankfurt):

-1,59%

Financial 100 (Londres):

-1,17%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,25%

Hang Seng (Hong Kong):

-0,18%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,05%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,42%

Merval (Buenos Aires):

-1,22%

IPC (México): -1,71%

ÍNDICES DE

INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Julho 2022: -0,68%

Agosto 2022: -0,36%

### Minuto Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 69.281.590/0001-74

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.513	1.931
Contas a receber de clientes	6	6.187	7.552
Tributos a recuperar		863	768
Outros ativos		565	543
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>15.128</b>	<b>10.794</b>
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	7	1.061	3.291
Intangível	8	55	164
Depósitos judiciais		-	28
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.116</b>	<b>3.483</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>16.244</b>	<b>14.277</b>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>113.846</b>	<b>11.033</b>	<b>(148.210)</b>	<b>(23.331)</b>
Apropriação de outorgas de Stock Options	16	-	898	-	898
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	(62)	(62)
Prejuízo do exercício		-	-	(18.204)	(18.204)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>113.846</b>	<b>11.931</b>	<b>(166.476)</b>	<b>(40.699)</b>
Aumento de capital	16	55.634	-	-	55.634
Apropriação de outorgas de Stock Options	16	-	2.423	-	2.423
Prejuízo do exercício		-	-	(20.086)	(20.086)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>169.480</b>	<b>14.354</b>	<b>(186.562)</b>	<b>(2.728)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional** – A Minuto Corretora de Seguros S.A. (“Empresa” ou “Minuto”) foi constituída em 20 de janeiro de 1992 com a denominação social de Blay Corretora de Seguros Ltda. Em 02 de maio de 2012 alterou a razão social para Minuto Corretora de Seguros Ltda. e em 06 de setembro de 2012 foi transformada em Sociedade Anônima alterando a denominação social para Minuto Corretora de Seguros S.A. A Empresa tem o objetivo de oferecer a corretagem de: seguros de danos (automóveis) e seguro de pessoas (dentre eles: seguros de vida, seguros e planos de saúde e planos previdenciários e de capitalização). A Empresa tem como objetivo tornar-se a corretora de seguros líder no segmento “on-line”. Desde 2015 vem efetuando investimentos significativos em publicidade, plataforma tecnológica e fortalecimento de suas estruturas comercial e administrativa. Em 19 de julho de 2021, o Grupo Creditas adquiriu 100% do capital social e obteve o controle da Minuto. Com a Minuto Seguros, a Creditas poderá oferecer uma solução completa com foco no patrimônio de pessoas. A operação de seguros possui sinergia com os outros três ecossistemas já oferecidos pela Creditas, que incluem mobilidade, residência e renda, permitindo ao cliente gerenciar seus ativos em uma única plataforma.

**2. Base de preparação** – **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

**2.2. Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acumula prejuízos em suas operações no montante de R\$ 186.562 apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 3.766 e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 2.728. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a entidade possui para o Grupo, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante, a Empresa conta com o contínuo suporte financeiro de sua controladora, a qual tem permitido e está comprometida a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa de que a entidade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3. Uso de estimativas e julgamentos** – Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**Incerteza sobre as premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material para o próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 6** – reconhecimento e mensuração da perda estimada para cancelamento de vendas; • **Nota explicativa nº 7** – reconhecimento e mensuração da depreciação do imobilizado, inclusive do direito de uso do imóvel tratado pelo CPC 6, neste último caso pelo prazo do contrato de aluguel; • **Nota explicativa nº 8** – reconhecimento e mensuração da amortização do intangível; • **Nota explicativa nº 13** – avaliação da probabilidade de perda dos passivos contingentes para constituição de provisão para contingência em ações judiciais e processos perante os tribunais decorrentes do curso normal de suas operações; • **Nota explicativa nº 16** – reconhecimento e mensuração do programa de opção e compra de ações – “Plano de Opções”; • **Nota explicativa nº 20** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

**4. Principais práticas contábeis** – As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentem liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada. São sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo. **b. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo custo e deduzidas pelas seguintes estimativas de perda: • **Ajuste por estimativa de perda por cancelamento:** A perda estimada para cancelamentos é estabelecida de acordo com a média histórica de cancelamentos de cada cliente. • **Provisão de perda de recebíveis:** A Administração aplica uma política de contabilização da provisão para crédito de liquidação duvidosa dos saldos vencidos acima de 90 dias. **c. Imobilizado:** A Empresa classifica os seus ativos imobilizados como bens em operação, onde os recursos são utilizados na geração de receitas de suas atividades em operação. Registrado pelo custo de aquisição, construção ou formação e deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada

de cada ativo ou componente de ativos pelo método linear, de modo que o valor do custo após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores contábeis residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As benfeitorias utilizadas no plano de expansão da Empresa referem-se a materiais e custos integrados no incremento e novas instalações, sendo que as amortizações destas aquisições são segregadas em sua vida útil de acordo com a vigência do contrato de aluguel, acordado entre a Empresa e o proprietário do imóvel. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes: • **Móveis e utensílios** – 10 anos; • **Benfeitorias em imóveis de terceiros** – de acordo com o prazo de locação do imóvel. A expectativa são de 3 a 5 anos para as unidades, conforme o contrato; • **Direito de uso de equipamentos de terceiros** – de acordo com o prazo de locação dos equipamentos. Geralmente são renovados anualmente; • **Direitos de uso de aluguel** – de acordo com o prazo de locação do imóvel, conforme o contrato. A expectativa são de 3 a 4 anos para as unidades; • **Máquinas e equipamentos** – 10 anos; • **Equipamentos de comunicação** – 10 anos; • **Computadores e periféricos** – 5 anos. **d. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente:** Registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas dos balanços e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **e. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A Minuto considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas de cancelamentos de apólices contratadas e respectivos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado. **f. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa. A Empresa reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades. A receita é reconhecida pelo regime de competência. **Comissões com corretagens:** As comissões com corretagens por intermediação na venda de seguros são reconhecidas no resultado de acordo com a conclusão dos serviços prestados após o aceite pela contratante. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. A receita é apresentada líquida dos impostos, descontos e cancelamentos. **Comissões com vendas de produtos de seguradoras:** Em proporção menor a Empresa é remunerada por oferecer produtos das seguradoras distinto ao seguro, como por exemplo cartão de crédito, que é oferecido ao segurado. Também é recebido em formato de comissão e reconhecida quando há certeza significativa de sua realização. **h. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 mil. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>17 45.685</b>	<b>45.922</b>
Custos dos serviços prestados	18	(26.555)	(28.786)
<b>Lucro bruto</b>		<b>19.130</b>	<b>17.136</b>
Despesas administrativas	18	(19.972)	(21.155)
Despesas gerais	18	(16.247)	(6.598)
Despesas tributárias	18	(17)	146
Outras receitas (despesas), líquidas	18	(1.198)	-
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>(18.304)</b>	<b>(10.471)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas Financeiras	19	9.786	2.911
Despesas Financeiras	19	(11.568)	(10.644)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(20.086)</b>	<b>(18.204)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(20.086)</b>	<b>(18.204)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>Prejuízo do exercício/ período</b>	<b>(20.086)</b>	<b>(18.204)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(20.086)</b>	<b>(18.204)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizados pela administração. **i. Passivos contingentes:** A Empresa somente reconhece em suas demonstrações um passivo contingente se atender as seguintes premissas: passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **j. Pagamento baseado em ações:** O pagamento baseado em ações é contabilizado pelo valor dos instrumentos patrimoniais concedidos e este custo é reconhecido durante o período de aquisição do direito de exercício dos instrumentos. O valor total a ser gasto é determinado por referência ao valor justo do pagamento baseado em ações concedido e condições de aquisição (em particular quando um funcionário permanece na empresa por um período específico). A metodologia utilizada pela Empresa para mensurar o valor justo do pagamento baseado em ações é o modelo *Black and Scholes*. O modelo *Black & Scholes* é utilizado para avaliação de opções diretas e a Administração entende que este modelo é o mais adequado e será utilizado para reavaliar o valor justo para os períodos subsequentes. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem basicamente despesas bancárias, descontos concedidos, despesas com operações de câmbio e juros sobre empréstimos, mensurados pelo custo amortizado. **l. Atualizações de normas e interpretações não efetivas** • Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2021	Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC40, CPC 11 e CPC 06)
1º de janeiro de 2021	Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC40, CPC 11 e CPC 06)
1º de abril de 2021	Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)

A Minuto avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios. • Futuros requerimentos. A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras (1)	7.512	1.930
<b>Total</b>	<b>7.513</b>	<b>1.931</b>

(1) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 correspondem aplicações em fundos de investimentos com possibilidade de resgate imediato sem risco irrelevante na mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos para atender às necessidades de caixa de curto prazo e inclui depósitos com bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco irrelevante de mudança de valor.

#### 6. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Comissões a receber	6.674	8.142
Ajuste por estimativa de perda por cancelamento	(482)	(345)
Provisão de perda de recebíveis (1)	(85)	(245)
Outras	80	-
<b>Total</b>	<b>6.187</b>	<b>7.512</b>

(1) A provisão de perda de recebíveis é constituída para os saldos que estão vencidos acima de 90 dias.

**7. Imobilizado** – O imobilizado da Empresa corresponde aos direitos corpóreos utilizados para a manutenção das atividades operacionais. Os valores registrados são conforme o custo de aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais de acordo com a vida útil estimada. A Empresa revisa as suas premissas no mínimo a cada exercício. A composição e movimentação do saldo do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Descrição	31/12/2020	Adições	Depreciação	31/12/2021
<b>Custo</b>				
Móveis e utensílios	375	-	(213)	162
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.127	-	(2.127)	-
Máquinas e equipamentos	175	-	(162)	13
Computadores e periféricos	614	392	(120)	886
<b>Total imobilizado</b>	<b>3.291</b>	<b>392</b>	<b>(2.622)</b>	<b>1.061</b>

#### Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(20.086)</b>	<b>(18.204)</b>
Ajustes para:		
- Depreciação	2.622	2.320
- Amortização	21	178
- Baixa Imobilizado/intangível	507	93
- Provisão para contingências	33	14
- Provisão de perda de recebíveis	85	245
- Pagamento baseado em ações	2.423	898
- Variação cambial	(314)	-
- Juros apropriados	2.020	-
<b>Total ajustes do exercício/período</b>	<b>(12.689)</b>	<b>(14.456)</b>
Contas a receber	1.280	(2.517)
Tributos a recuperar	(95)	(48)
Depósitos judiciais	28	(14)
Outros ativos	(22)	(432)
Fornecedores	7.119	6
Obrigações trabalhistas e tributárias	(810)	813
Contas a pagar	(1.308)	3.889
Outros passivos	(1.390)	6.830
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(7.887)</b>	<b>(5.929)</b>
Aquisição do ativo imobilizado	(392)	(63)
Aquisição de ativo intangível	(419)	(189)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(811)</b>	<b>(252)</b>
Pagamento de empréstimos com acionistas	(41.354)	-
Aumento de capital	55.634	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>14.280</b>	<b>-</b>
<b>Variação nos fluxos de caixa do exercício</b>	<b>5.582</b>	<b>(6.181)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>1.931</b>	<b>8.112</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>7.513</b>	<b>1.931</b>
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.582</b>	<b>(6.181)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Descrição	31/12/2019	Adições	Depreciação	31/12/2020
<b>Custo</b>				
Móveis e utensílios	448	13	(85)	375
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.062	12	(39)	2.127
Máquinas e equipamentos	206	-	(2)	175
Computadores e periféricos	925	38	(51)	614
<b>Total imobilizado</b>	<b>5.641</b>	<b>63</b>	<b>(93)</b>	<b>3.291</b>

#### 8. Intangível

A movimentação do intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

Descrição	31/12/2020	Adições	Amortização	31/12/2021
<b>Custo</b>				
Marcas e patentes	17	26	(3)	40
Software	11	393	(393)	3
Direito de uso – Software	136	-	(114)	12
<b>Total Intangível</b>	<b>164</b>	<b>419</b>	<b>(507)</b>	<b>175</b>

#### 9. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais (a)	5.472	876
Provisão de fornecedores	3.390	867
<b>Total</b>	<b>8.862</b>	<b>1.743</b>

(a) A companhia possui, predominantemente, fornecedores da área de marketing e software.

#### 10. Obrigações trabalhistas

Obrigações trabalhistas referentes aos funcionários contabilizadas em folha de pagamento.

	2021	2020
Salários e obrigações	1.611	2.352
Férias	3.182	3.084
INSS	512	538
FGTS	173	194
Outras obrigações trabalhistas	329	375
<b>Total</b>	<b>5.807</b>	<b>6.543</b>

#### 11. Obrigações tributárias

A composição abaixo, mostra o saldo de tributos provisionados no passivo circulante da Empresa. Os tributos denominados como PIS e COFINS, são recolhidos na modalidade de Regime Não-Cumulativo.

	2021	2020
IRRF a recolher	6	7
COFINS a recolher	922	957
PIS a recolher	200	208
ISS a recolher	145	163
Outros	9	21
<b>Total</b>	<b>1.282</b>	<b>1.356</b>

#### 12. Outros passivos

	2021	2020
Adiantamento de clientes (a)	(1.779)	(3.660)
Provisão para cancelamentos de contratos (b)	(1.164)	(591)
<b>Total</b>	<b>(2.943)</b>	<b>(4.251)</b>

(a) Os adiantamentos de clientes são

# Publicidade Legal

... continuação

**14. Empréstimos com acionistas** – Em 31 de dezembro de 2020 a Minuto possuía contratos de empréstimos com pessoas físicas e jurídica (não há saldo apresentado em 31 de dezembro de 2021). Segue abaixo o detalhamento dos saldos:

Mutuante	31/12/2020	Principal	Taxa até 30/09/2020	Taxa a partir de 30/09/2020	Juros do período	Variação cambial do período	Liquidação 31/12/2021
Marcelo Blay	16.660	14.500	7,5% a.a	10,0% a.a	738	-	(17.398)
Canada INC	22.988	14.548(*)	7,5% a.a	10,0% a.a	1.282	(314)	(23.956)
<b>Total</b>	<b>39.648</b>	<b>29.048</b>			<b>2.020</b>	<b>(314)</b>	<b>(41.354)</b>

(\*) Montante correspondente à CAD\$ 5.000.000 (cinco milhões de dólares canadenses).

**15. Patrimônio Líquido – a. Capital social:** O capital social totalmente integralizado é de R\$169.480 (2020 R\$ 113.846) e está representado por 22.543.468 ações, (2020 – 19.379.526 ações) todas nominativas e sem valor nominal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram deliberados aportes de capitais que totalizam R\$ 55.634. Realizado em 13 de maio de 2021, mediante a emissão de 3.163.942 (três milhões, cento e sessenta e três mil e novecentas e quarenta e duas) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal foi deliberado o aumento no valor de R\$ 4.279 (quatro milhões, duzentos e setenta e nove mil reais) pela acionista Dakot Participações Ltda. Já em 19 de julho de 2021, mediante a emissão de 2.725.837 (dois milhões, setecentas e vinte e cinco mil, oitocentos e trinta e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal foi deliberado o aumento no valor de R\$ 51.355 (cinquenta e um milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil reais) mediante a transferência de recursos disponíveis pela acionista Creditas Soluções Financeiras Ltda. Tais aumentos de capital social foram aprovados conforme atas das assembleias gerais extraordinárias realizadas com a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **b. Dividendos:** O estatuto social da Empresa determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. **c. Stock options:** As ações outorgadas aos diretores e ainda não exercidas são contabilizadas no patrimônio líquido. O valor acumulado reconhecido é de R\$ 2.423 (R\$ 838 em 31 de dezembro de 2020).

**16. Pagamento baseado em ações – a. Programas de pagamento baseado em ações:** A Companhia estabeleceu o programa de pagamento baseado em ações que permite ao pessoal chave da administração a aquisição de ações. O referido programa permite aos titulares de opções o direito de comprar ações ao preço de mercado na data de sua concessão e, atualmente, o programa é limitado ao pessoal chave da administração apenas. O principal termo e condição relacionados às concessões sob esses programas são que a liquidação deve ser realizada pela entrega de ações.

Data de concessão	Número de instrumentos	Condições de aquisição	Vida útil contratual das opções
Em 6 de maio de 2015	4.700	4 anos de serviço, com 30% concedido ao término do primeiro ano e o restante mensalmente até o fim do período.	10 anos

**b. Mensuração ao valor justo** – O valor justo das opções de ações foi mensurado através do modelo Black-Scholes. Os

dados utilizados no modelo de mensuração pelo valor justo na data de concessão do pagamento baseado em ações estão disponíveis a seguir:

Programas de opção de ações	Pessoal-chave da administração	
	2021	2020
Valor justo na data de concessão (médio)	61,32	342
Preço da ação na data de concessão (médio)	72,12	402
Volatilidade esperada (média)	96,39%	-
Vida útil esperada	4 anos	-
Taxa de juros sem risco (baseada em obrigações governamentais)	1,32%	-
A volatilidade esperada foi baseada na avaliação da volatilidade histórica dos preços das ações dos pares da Empresa.	-	-

**17. Receitas**  
Comissões com corretagens (1)  
Impostos incidentes sobre vendas de serviços

	2021	2020
Comissões com corretagens (1)	51.586	51.677
Impostos incidentes sobre vendas de serviços	(5.901)	(5.755)
<b>Total</b>	<b>45.685</b>	<b>45.922</b>

(1) Saldo substancialmente referente às comissões com corretagens por intermediação na venda de seguros de automóveis, que são reconhecidas no resultado de acordo com a conclusão dos serviços prestados após o aceite pela contratante.

**18. Despesas por natureza**  
**Classificados por função**

	2021	2020
Custo dos serviços prestados	(26.555)	(28.786)
Despesas administrativas (a)	(19.972)	(21.155)
Despesas gerais (b)	(16.247)	(6.598)
Despesas tributárias	(17)	146
Outras despesas	(1.198)	-
<b>Total</b>	<b>(63.989)</b>	<b>(56.393)</b>

**Classificados por natureza**

	2021	2020
Pessoal	(38.427)	(38.543)
Marketing	(15.586)	(4.924)
Ocupação	(1.559)	(1.668)
Serviços de terceiros (c)	(6.323)	(7.686)
Material de consumo	(53)	(88)
Locações	(100)	(4.924)
Depreciação e amortização	(798)	(2.498)
Manutenção	(7)	(57)
Perda estimada com clientes	160	(117)
Seguros	(64)	(57)
Despesas tributárias	(17)	209
Outros gastos	(1.215)	(720)
<b>Total</b>	<b>(63.989)</b>	<b>(56.393)</b>

(a) Despesas administrativas: são despesas com manutenção, depreciação, amortização e pessoal, como salários, encargos e benefícios de funcionários que não estão ligados diretamente aos custos da Empresa. (b) Despesas gerais: são despesas relacionadas ao condomínio, IPTU, telefonia, seguros, apoio administrativo e relacionados a consultoria de recrutamento e seleção. (c) Serviços de terceiros: se devem principalmente aos serviços diversos prestados por terceiros como consultoria de TI, hospedagem de dados e consultoria jurídica.

**19. Receitas e despesas financeiras**

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	389	111
Descontos obtidos	7	379
Juros ativos	2	3
Variação cambial ativa	9.388	2.418
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1.858)	(3.105)
Descontos concedidos	(10)	(6)
Despesas bancárias	(36)	(4)
Impostos sobre receitas financeiras	(24)	(32)
Demais despesas/receitas financeiras	(330)	67
Variação cambial	(9.310)	(7.564)
<b>Total</b>	<b>(1.782)</b>	<b>(7.733)</b>

**20. IRPJ e CSLL corrente e diferido**  
**a. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido**

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.086)	(18.204)
Alíquotas vigentes % -	34%	34%
Ajustes indutíveis	6.829	6.189
Pagamento Baseado em Ações	(19)	(25)
Juros s/ Empréstimos	(1.133)	(305)
Ajuste Variação Cambial	(611)	(502)
Doações	2.085	(1.744)
Gratificação Diretores	(6)	-
Provisão de Contingências	(133)	(161)
Outros	54	(83)
Prejuízo fiscal base negativa não constituído	120	(164)
<b>Total</b>	<b>(7.186)</b>	<b>(3.205)</b>

**b. Impostos diferidos ativos não reconhecidos:** A Minuto acumulou prejuízos fiscais e outras diferenças temporárias em algumas subsidiárias no montante de R\$ 7.186 (R\$ 3.205 em 31 de dezembro de 2020) para os quais não foi reconhecido um imposto diferido ativo e que estão disponíveis indefinidamente para compensação com lucros tributáveis futuros das empresas em que os prejuízos surgiram. Os impostos diferidos ativos não foram reconhecidos relativamente a estas perdas, uma vez que não podem ser utilizados para compensar lucros tributáveis entre

filiais, e não existem outras provas de recuperabilidade num futuro próximo. A Empresa não tem limite temporal para a utilização dos impostos diferidos ativos, mas a utilização dos impostos diferidos ativos relacionados com prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável por ano para as entidades brasileiras.

**21. Gerenciamento de risco – Risco de liquidez:** É o risco que a Empresa irá encontrar em relação às dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados mediante a entrega de caixa e equivalentes de caixa ou outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, tanto quanto possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as suas responsabilidades, quando devido, em condições normais, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da Empresa. A Minuto aplica o caixa excedente em aplicações financeiras remuneradas, selecionando instrumentos com vencimento adequado ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões. Os procedimentos adotados pela Minuto estão em conformidade com a política estabelecida para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de liquidez, inerentes às operações da Empresa. **Risco de crédito:** Advém da possibilidade da Empresa não receber valores decorrentes de operações de vendas de serviços ou de créditos detidos junto às instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. A Empresa entende que o risco de crédito está coberto, visto que a Administração aplica uma política de contabilização da provisão para crédito de liquidação duvidosa para os saldos vencidos acima de 90 dias e procedimentos de gerenciamento de risco. **Risco de gerenciamento de capital:** Advém da escolha da Empresa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Minuto administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas. Como ação de gerenciamento de capital, foram deliberados aportes de capitais que totalizaram R\$ 5.934 realizados em fevereiro, março e abril de 2022. Tais aumentos de capital social foram aprovados conforme atas das assembleias gerais extraordinárias realizadas com a presença da totalidade dos acionistas da Empresa.

**22. Eventos subsequentes** – Durante o primeiro quadrimestre do ano de 2022, foram deliberados aportes de capitais que totalizaram R\$ 5.934 realizados em fevereiro, março e abril de 2022. Tais aumentos de capital social foram aprovados conforme atas das assembleias gerais extraordinárias realizadas com a presença da totalidade dos acionistas da Empresa.

**23. Aprovação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Empresa e autorizadas para emissão em 08 de junho de 2022.

**A Diretoria** Ingrid Menezes Gonçalves Bezerra – Contadora CRC CE 025.720/O-6

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da**

**Minuto Corretora de Seguros S.A.** São Paulo-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Minuto Corretora de Seguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minuto Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elabora-

ção das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 09 de junho de 2022



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-027.685/O-0 Fº SP  
**Thiago Bragatto**  
Contador CRC 1SP 234.100/O-4

## Debêntures e outros papéis de renda fixa somam R\$ 31 bi em agosto, 96% das emissões no mercado de capitais



A busca por papéis de renda fixa – que voltaram a oferecer taxas atrativas com o avanço da Selic de 2% para os atuais 13,75% ao ano em apenas 18 meses – deixou a prateleira de produtos mais robusta. Não é à toa: as emissões de ativos de renda fixa em agosto corresponderam a 96% de todo o montante emitido no mercado de capitais em agosto.

Essa é a maior participação já registrada pelo segmento em um mês desde setembro de 2018, justamente às vésperas da última eleição presidencial e quando a Selic estava em 6,50% ao ano. No mês passado, ao todo, as emissões na renda fixa bateram a marca dos R\$ 31,2 bilhões.

Os dados fazem parte de

levantamento da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Embora as projeções apontem que a taxa básica de juros deva encerrar 2022 em 13,75% e recuar para 11,25% ao ano no fim de 2023, as perspectivas para as emissões seguem positivas.

“Mesmo com a possibilidade do ciclo de alta dos juros não se prolongar nos próximos meses, o elevado patamar das taxas ainda deverá manter atrativas as condições dos papéis de renda fixa no mercado primário, por conta do forte fluxo de investidores para o segmento”, afirmou José Eduardo Laloni, vice-presidente da Anbima.

Entre os títulos de renda fixa, as emissões de debêntu-

res foram destaque, ao atingir R\$ 21,6 bilhões em agosto – ou seja, responderam por dois terços das ofertas totais do mercado de capitais no mês.

No ano, o volume captado com as debêntures segue elevado e soma R\$ 180,2 bilhões, um crescimento de 31% em relação aos R\$ 137,5 bilhões ofertados de janeiro a agosto de 2021.

O aumento no número de emissões está ligado ao crescimento do interesse dos fundos de investimento, que agora representam 42,8% dos subscritores entre janeiro e agosto, considerando ofertas do tipo CVM 400 (voltadas para o público em geral) e CVM 476 (direcionadas a investidores profissionais, com mais de R\$ 10 milhões declarados em investimentos.

## Tecnologia

### New Creators e IBM transformam os negócios e a sociedade através da inovação



A IBM é uma das maiores propulsoras do trabalho colaborativo e da cocriação aqui no Brasil e no mundo. Através do Let's Create/Vamos Criar, ganha cada vez mais adeptos, parceiros que se unem à gigante de tecnologia, para juntos, encontrar soluções para os problemas mais urgentes que os negócios e a sociedade enfrentam hoje.

Com o ecossistema em plena expansão e parceiros cada vez mais engajados, forma-se uma cadeia onde as tecnologias entram como o meio para a criação de projetos ousados, disruptivos e necessários para a verdadeira transformação.

A transformação que impulsiona os negócios e traz benefícios para a sociedade e o

meio ambiente, de forma sustentável, inclusiva e acessível.

Nessa jornada, despontam alguns profissionais que se dedicam totalmente à inovação aberta, são “pessoas reais” que trabalham incessantemente para criar, desenvolver, inovar e mudar a forma como vivemos. Estas pessoas são os New Creators.

Como a Renata Petrovic, que além de ser Head do Inovabra Habitat/Bradesco, é uma New Creator da IBM, uma das protagonistas da inovação aberta no Brasil. Atualmente, o ecossistema do Inovabra tem 250 startups e 80 empresas que trabalham de forma colaborativa.

Segundo Renata, “A inovação aberta é usar o poder da inteligência coletiva para aumentar a capacidade de inovação da empresa. Ela parte do pressuposto de que

existe muito conhecimento fora da organização que merece ser aproveitado. Antes as empresas dependiam dos seus recursos internos para inovar. Hoje, essa capacidade de inovação se expandiu muito com a colaboração. Essa convivência é muito importante para a transformação cultural da empresa.”

Todo New Creator tem a visão de mudar o mundo, e todos eles sabem que não podem fazer isso sozinhos. Quando se tem um time formado por pessoas com diferentes backgrounds, diferentes culturas e visões, várias ideias são colocadas à mesa e nesse processo criativo surgem diversas possibilidades para solucionar um mesmo problema, é aí que se faz a verdadeira transformação para mudar o mundo para melhor.

CNN Brasil

### Apple anuncia recurso de emergência via satélite para iPhone 14

Apple anunciou um próximo recurso de conectividade via satélite chamado Emergency SOS via Satellite em seu evento de lançamento do iPhone 14. A ferramenta destina-se a ajudar as pessoas que usam os telefones de última geração da empresa a se comunicarem quando o serviço de celular não estiver funcionando – um processo que a Apple disse que levou anos para se tornar realidade.

A empresa disse que projetou e construiu uma tecnologia específica em dispositivos iPhone 14 para que eles possam se conectar a satélites mesmo quando não estiverem perto de uma torre.

Espera-se que o serviço seja lançado em novembro nos Estados Unidos e no Canadá. O iPhone 14 começará as pré-vendas nesta sexta-feira (9) e vem com um preço

inicial de US\$ 799, anunciou a Apple nesta quarta-feira (7) em seu chamativo evento anual.

“Ao contrário das torres de celular estacionárias, os satélites de comunicação estão a centenas de quilômetros acima da Terra e voando a mais de 24 mil quilômetros por hora. Para se conectar a esses satélites, você precisa estar do lado de fora com uma visão clara do céu. E a largura de banda é tão limitada que até mesmo enviar uma mensagem de texto é um desafio técnico”, disse Williams. “Normalmente, a única maneira de acessar essa rede é com um dispositivo caro que usa uma antena externa volumosa.”

“Sabíamos que essa abordagem não funcionaria para o iPhone”, acrescentou. “Então, inventamos outra maneira.”

CNN Business



### Nasa anuncia nova data para tentativa de lançamento da missão lunar Artemis 1



Funcionários da Nasa vão adiar a próxima tentativa de lançamento do mega foguete Artemis 1 em quatro dias, até 27 de setembro, anunciou a agência espacial na segunda-feira (12).

A equipe da missão Artemis anteriormente tinha como alvo 23 de setembro. 2 de outubro é uma data potencial de backup que está “sob revisão”, de acordo com a Nasa.

A agência espacial ainda está trabalhando em um problema com o foguete, chamado de Sistema de Lançamento Espacial ou SLS, que teve um vazamento enquanto estava sendo abastecido com hidrogênio líquido super-refrigerado durante a última tentativa de lançamento no Centro Espacial Kennedy, na Flórida, no dia 3 de setembro.

O trabalho de reparo na área do vazamento de hidrogênio ocorreu no fim de semana, segundo a Nasa.

A agência espacial estava trabalhando para testar o sistema que alimenta o hidrogênio líquido em 17 de setembro, mas a data para esse teste criogênico agora foi adiada para 21 de setembro, observou a Nasa em seu blog Artemis.

“As datas atualizadas representam uma consideração cuidadosa de vários tópicos logísticos, incluindo o valor adicional de ter mais tempo para se preparar para o teste de demonstração criogênico e, posteriormente, mais tempo para se preparar para o lançamento. As datas também permitem que os gerentes garantam que as equipes tenham o suficiente e reabasteçam os suprimentos

de propelentes criogênicos”, compartilhou a Nasa no post do blog.

O teste em 21 de setembro incluirá um teste de sangria do motor, de acordo com a agência. A equipe da missão limpou a primeira tentativa de lançamento do Artemis 1 em 29 de agosto, em grande parte devido a um problema encontrado.

A janela de lançamento de 27 de setembro dura 70 minutos — menor que a janela de 120 minutos disponível em 23 dado durante a sangria do motor, que esfria os motores para o lançamento, que as autoridades acreditam ser devido a um sensor defeituoso em setembro.

Autoridades da Nasa disseram que a agência espacial continua a fornecer informações à Eastern Range.

CNN

## Os setores da Bolsa que podem se beneficiar com a melhora da economia brasileira



O último dia 1 de setembro marcou uma guinada no sentimento do mercado financeiro sobre a economia brasileira. Nessa data, o IBGE informou que o PIB do país tinha avançado 1,2% no segundo trimestre do ano, comparando com os três primeiros meses de 2022. Além de ter vindo acima do esperado, o número representou o quarto crescimento trimestral consecutivo da economia brasileira. No primeiro semestre, o PIB avançou 2,5% em relação ao mesmo período do ano passado e ficou 3% acima do patamar pré-pandemia.

Não demorou muito para que os bancos e casas de análises revisassem para cima suas projeções de crescimento da economia, tanto

para 2022 quanto para o ano que vem. No relatório Focus do Banco Central, os economistas têm, a cada semana, aumentado suas apostas para o PIB em ambos os períodos. No boletim da última segunda-feira (12), a projeção de alta do PIB para 2022 subiu de 2,26% para 2,39% e de 0,47% para 0,50% em 2023.

Desde que o desempenho da economia brasileira no segundo trimestre foi divulgado, o Ibovespa acumulou a alta de cerca de 3,5% até a véspera. Mas isso não quer dizer que o índice, necessariamente, respondeu à melhora nas expectativas para o PIB. Os papéis de maior peso da Bolsa, como Petrobras (PETR3;PETR4) e Vale (VALE3) são de segmentos com alta exposição ao setor externo, que não se saiu tão

bem na foto. De acordo com o dado do IBGE, as exportações brasileiras recuaram 2,5% entre abril e junho deste ano, na comparação trimestral. A guerra na Ucrânia e restrições chinesas, com lockdowns para conter os casos de Covid-19, impactaram o desempenho.

Já as atividades que mais surpreenderam positivamente no cálculo do PIB do segundo trimestre têm pouca ou nenhuma representatividade na Bolsa brasileira. O crescimento do consumo das famílias está diretamente relacionado a uma demanda por serviços, setor que cresceu 1,3% no período e que, segundo os economistas, deve ser um dos principais suportes ao desempenho da economia na segunda metade do ano.

Infomoney

## Ibovespa cai 2,30%, seguindo exterior com Dow Jones em seu pior pregão desde junho de 2020; dólar avança 1,77%

O Ibovespa fechou em queda de 2,30% nesta terça-feira (13), aos 110.793 pontos. O principal índice da Bolsa brasileira recuou, em grande parte, acompanhando o movimento dos benchmarks americanos, com a leitura do

Em Nova York, Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq tiveram, baixas de, respectivamente, 3,94%, 4,32% e 5,16%. O primeiro teve seu pior dia desde junho de 2020.

“O grande catalisador dessas quedas foi o relatório índice de preços ao consumidor americano [CPI, na sigla em inglês], que trouxe uma inflação acima das expectativas. Mais do que isso, houve itens específicos com preço acelerando, ao contrário do que se esperava”, explica Jennie Li, estrategista de ações da XP Investimentos.

“Temos um cenário de inflação mais ampla e persistente, o que deve fazer o Federal Reserve subir o juros em 75 pontos-base na próxima reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto [Fomc, na sigla em inglês], ao invés dos 50 pontos que algumas casas precificavam”.

“É importante notar que algumas casas já estão precificando uma alta de até 1 ponto percentual, que seria muito agressiva”, complementa a especialista da corretora.

Segundo levantamento feito pelo CME Group, 24% dos especialistas escutados agora apostam em uma alta de 1 ponto, contra 0% na véspera. 76% acredita em uma alta de 0,75 ponto, contra 91% na véspera. Ninguém mais acredita em uma alta de apenas 0,50 ponto na próxima reunião, que acontece ainda em setembro.

Infomoney



## Rentabilidade máxima de CDBs alcança até 122% do CDI, mas taxas médias recuam na última quinzena



A queda nos preços do petróleo e novos cortes na gasolina ajudaram a puxar para baixo as projeções de inflação e forçaram um recuo no mercado futuro de juros nos últimos dias.

Com isso, o mercado de juros local se descolou do cenário externo, que registrou avanço nas taxas após discursos mais agressivos de dirigentes de bancos centrais.

O reflexo pôde ser visto nos retornos de CDBs. Na média, a maioria das taxas oferecidas por papéis de dívida atrelados ao CDI recuou na quinzena entre 29 de agosto e 12 de setembro. Para títulos com vencimento em três meses, por exemplo, o juro médio oferecido pelos títulos caiu de 102,01% para 100,95%.

Da mesma forma, a re-

muneração média contraiu de 102,73% para 102,33% no caso de CDBs com vencimento a partir de 36 meses. Os retornos são brutos, portanto, não foi descontado o Imposto de Renda (IR).

Os dados fazem parte de levantamento feito pela Quantum Finance, empresa de soluções para o mercado financeiro, a pedido do InfoMoney.

Apesar do recuo, a taxa máxima entregue por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) avançou e chegou a 122% do CDI no período. No período anterior, entre 16 e 26 de agosto, o retorno máximo havia sido de 110% do CDI.

O CDB com maior remuneração foi o emitido pelo Banco Master com prazo de seis meses. A título de comparação, a remuneração máxima oferecida por papéis de

mesmo prazo era de 104% do CDI no período anterior.

Por outro lado, papéis com retorno atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançaram, na média, na última quinzena.

Segundo estudo da Quantum, a taxa média real oferecida por CDBs atrelados ao IPCA com vencimento em 12 meses passou de 8,09% para 8,95% nos últimos 15 dias. Da mesma forma, títulos com prazo a partir de 36 meses viram o juro real entregue subir de 5,55% para 6,29% entre 29 de agosto e 12 de setembro.

Houve avanço também nos retornos máximos. Na última quinzena, a rentabilidade real máxima oferecida por títulos com prazo de 12 meses chegou a 9,81%, contra 8,63% na anterior.

Infomoney

## Negócios

### Simplex, a marca básica da Reserva que encosta no mercado da Hering



A Reserva está lançando uma marca de roupas básicas, um movimento que coloca a varejista controlada pela Arezzo&Co em competição próxima com a Hering e mais do que dobra seu mercado endereçável.

A nova marca — batizada de Simplex — vai a mercado amanhã, com uma linha de produtos focada em malha e moletom. Serão 142 SKUs, incluindo camisetas, casacos, calças, bermudas e vestidos.

Por enquanto, as vendas serão feitas apenas no e-commerce e algumas lojas multimarcas, mas uma primeira loja própria deve abrir no Rio de Janeiro antes do final do ano.

“Estamos descendo um pouco na cadeia de valor,”

Rony Meisler, o fundador da Reserva e sócio da Arezzo&Co, disse ao Brazil Journal. “Na Reserva, o nosso foco é nos públicos A e B1 e acabamos arranhando um pouco no B2. Com a Simplex, vamos focar no B1 e B2 e arrANHAR um pouco no C1.”

Segundo ele, enquanto o mercado endereçável da Reserva gira em torno de R\$ 45 bilhões, o da Simplex é de mais de R\$ 115 bi.

A Simplex é fruto de um ano e meio de trabalho da Reserva no desenvolvimento da coleção, cadastramento do sourcing e construção da marca.

Dois meses atrás, a empresa começou um teste de aceitação com o lançamento da camiseta Simplex — uma

assinatura trimestral de uma camiseta básica que custa em torno de R\$ 89. A camiseta-serviço já conquistou quase 20.000 assinantes.

A Reserva também abriu algumas ‘store in stores’ da Simplex em 20 de suas lojas, e apresentou a primeira coleção da marca no Pulsar, o showroom da Arezzo&Co para as lojas multimarcas, que aconteceu há um mês.

Para liderar a nova marca, a Reserva escalou João Souza, que começou na companhia como estagiário há apenas quatro anos. Segundo ele, a Simplex vai começar com entradas mensais de novas coleções até entrar no modelo tradicional de coleções semestrais.

Brazil Journal

### Uma ‘fit’ para a classe C: academia Selfit fatura R\$ 97 milhões com planos a partir de R\$ 79

A rede de academias Selfit está com planos ambiciosos para os próximos meses.

Até o fim de 2023, a meta é ampliar em 85% o número de unidades, chegando a um total de 130.

A expansão vem na esteira do bom momento da empresa. Em 2021, a receita líquida da Selfit atingiu 97 milhões de reais, alta de 13% na comparação com 2020. Hoje, são 160.000 alunos.

Aberta em 2012, em Salvador, a Selfit é mais uma academia com ‘fit’ no nome.

Assim como a SmartFit, a maior do setor (são 1.121 unidades), e a BlueFit (102), a Selfit aposta no modelo ‘low cost high value’.

Na prática, o modelo pressupõe academias sem fru-

-frus — esqueça as modalidades de ginástica com apelo a públicos muito específicos.

Em compensação, esse tipo de academia costuma ter aparelhos de ponta, uma manutenção eficiente dos equipamentos e preços bem mais em conta na comparação a uma academia tradicional.

A Selfit quer testar os limites do modelo low cost high value para torná-la a academia de preferência do público classe C.

Desde a fundação, a rede tem focado os negócios nas regiões Norte e Nordeste.

Mesmo nessas regiões, uma particularidade da Selfit é abrir academias em bairros periféricos ou cidades médias, onde há ainda menos competição das demais academias low price high value.

Exame



### Aluguel de peças casuais é saída para gastar menos



Olhar para o armário abarrotado e soltar a frase “não tenho roupa”, vez ou outra pode funcionar como uma senha para validar a compra daquela blusinha que está há semanas na lista de desejos, só esperando o próximo impulso dar as caras.

Mas, e se fosse o contrário, e a expressão se tornasse sinônimo de consumo consciente? Este pensamento alugou um verdadeiro triplex na cabeça de Victória Scherer, 27 anos, ainda em 2018, enquanto ela rolava a tela pelo site de uma loja famosa e pensava no seu look de aniversário.

“Eram vestidos bem marcantes, que você olha e vê que vai usar duas ou três vezes, porque vai pensar que todo mundo já te viu

com ele”, conta Victoria.

Entre um “eu mereço” e um “mas eu já tenho muita roupa”, surgiu a ideia de um lugar onde fosse possível alugar peças para eventos casuais, e não apenas para ocasiões especiais, como formaturas e casamentos. Assim nasceu a startup de moda Não Tenho Roupa, gerenciada entre amigos pela Paula Salum e Mario Cherubini, além da Victoria.

Não é o primeiro serviço deste tipo no Brasil, mas a loja acabou ganhando força no Instagram por sua estética anos 2000 e conteúdos que mais parecem uma conversa entre amigas.

“O Não Tenho Roupa é esse local como se fosse uma amiga confidente, dando dicas de leiga para leiga, porque a gente também sabia

pouco sobre moda. Tanto que o nosso espaço físico é um quarto de fato, [como se fosse] de uma amiga. É uma comunidade”, afirma Victoria.

Nem todos os mais de 223 mil seguidores conseguem alugar as peças -que estão disponíveis apenas para Florianópolis (SC) -mas os posts com os temas “a patricinha respira aliviada quando” e “no tribunal da moda eu sou culpada”, acabam movimentando debates entre o público conquistado na rede social.

No site da startup, uma bolsa que custaria R\$ 889 na loja convencional pode ser alugada pelo valor de R\$ 55, para ser usada por cinco dias. Também existe um plano de assinatura, no qual o aluguel das peças sai ainda mais barato.

Nathalia Lino/Folhapress